



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

15ª Reunião Ordinária Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

14 de junho de 2007

**BRASÍLIA-DF
2007**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial- SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial- CNPIR

1
2

3 ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
4 CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR
5

6 **ITEM 1 - ABERTURA** – Aos quatorze e quinze dias do mês de junho de dois mil e sete,
7 no Auditório do Anexo I, Palácio do Planalto, Brasília, Distrito Federal, realizou-se a 15ª
8 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial-CNPIR, com
9 a presença dos seguintes Conselheiros, representantes de entidades da sociedade civil:
10 **Everaldo Conceição Duarte** – INTECAB – Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-
11 Brasileira, titular; **Elizabeth Ferreira Lopes Moraes** – APN's – Agentes de Pastoral
12 Negros, titular; **Jacinta Maria dos Santos** – APN's – Agentes de Pastoral Negros,
13 suplente; **Rodrigo Vinicius Cardoso**- APRECI- Associação de Preservação da Cultura
14 Cigana, suplente; **Simone Cruz** – AMNB – Articulação de Organizações de Mulheres
15 Negras Brasileiras, suplente; **Elaine Oliveira Soares** - AMNB – Articulação de
16 Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, titular; **Vera Beatriz Soares** –
17 CONAIYAEKENE - Conselho de Yalorixás e Ekeds Negras, suplente; **Oliveira Silveira**
18 – Notório Reconhecimento nas Relações Raciais; **Flávio Jorge Rodrigues da Silva** –
19 CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras, titular; **Eduardo Ferreira de**
20 **Oliveira** – Congresso Nacional Afro-Brasileiro - CNAB, titular; **Ernesto Luiz Pereira Filho**
21 - Congresso Nacional Afro-Brasileiro – CNAB, suplente; **Padre Jurandyr Azevedo**
22 **Araújo** – Pastoral-Afro-CNBB, titular; **Elayyan Taher Aladdin** – FEPAL - Federação Árabe
23 Palestina do Brasil, titular; **Maria Rosalina dos Santos** – Coordenação Nacional de
24 Quilombos – CONAQ, titular; **Kabengele Afro Munanga**, Notório Reconhecimento nas
25 Relações Raciais; e **Carlos Alves Moura** – Pastoral- Afro - Confederação Nacional dos
26 Bispos do Brasil-CNBB, suplente; **João Bosco de Oliveira Borba** – ANCEABRA –
27 Associação Nacional dos Coletivos de Empresários Afro-Brasileiros, titular; . Também
28 participaram da reunião os seguintes representantes governamentais: **Leila Calaça** –
29 Fundação Cultural Palmares; **Maria Auxiliadora Lopes** – Ministério da Educação;
30 **Cláudia Maria Calório** – Ministério do Meio Ambiente; **Teresinha Maglia** – Ministério da

31 Justiça; **Regina Adami** – Secretaria Especial de Políticas Para As Mulheres; **Ilimany de**
32 **Moura** – Ministério das Cidades; **Débora Beserra** – Ministério do Planejamento
33 Orçamento e Gestão; **Danielle Cancela Cronemberger** – Ministério do Planejamento
34 Orçamento e Gestão; **Marcelo Pereira de Almeida** – Ministério dos Esportes; **Paula**
35 **Balduíno de Melo** – Ministério do Desenvolvimento Agrário; **Ana Costa** – Ministério da
36 Saúde; Maria Maurília Queiroga – Ministério da Saúde; **Lucila Beato** – Ministério do
37 Desenvolvimento Social e Combate à Fome; **Maila Romano** – Ministério da Integração
38 Nacional; e Ministra **Matilde Ribeiro** – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da
39 Igualdade Racial – Presidenta do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial –
40 CNPPIR. A Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida Abreu**, procedeu à abertura dos
41 trabalhos, cumprimentando a todos os presentes e, na seqüência, apresentou a pauta da
42 reunião, lembrando que o período da manhã foi destinado à reunião das Comissões do
43 Conselho, conforme deliberado na 14ª reunião ordinária do CNPIR. A seguir, justificou a
44 ausência da Ministra **Matilde Ribeiro**, que se encontrava em missão internacional, mas
45 que estaria presente no segundo dia de reunião. Também justificou a ausência dos
46 seguintes integrantes do CNPIR: **Sidnei Sousa Costa; Mônica Oliveira; Edson Luiz**
47 **França; Ubiraci Matildes de Jesus; Anita Schuartz; Sérgio Niskier; e Silvia Julião**
48 **Marcelino**. Tendo em vista que não houve destaques à pauta, passou ao item 2. **ITEM 2 -**
49 **INFORMES GERAIS – Informes do Fórum Intergovernamental de Promoção da**
50 **Igualdade Racial - FIPIR e Informes das Comissões** - A Secretária-Executiva do
51 CNPIR, **Oraida Abreu**, convidou o gerente de projetos da SEPPIR, **José Carlos**
52 **Rodrigues Esteves**, da coordenação do FIPIR, para apresentação de informes do
53 Fórum. O gerente iniciou a sua explanação, lembrando que o Fórum reunia organismos
54 executivos de promoção da igualdade racial nos Estados e nos Municípios. Ressaltou
55 que, ao ser constituído em 2003, o Fórum contava com 23 organismos, dezoito municipais
56 e cinco estaduais e, atualmente, possuía 490 adesões, sendo 230 organismos executivos
57 de promoção da igualdade racial. Ressaltou que estados e municípios, ao aderirem ao
58 Fórum, assinavam termo de compromisso, via termo de adesão, para os municípios e
59 apoio de cooperação, para os estados. Pontuou como prioridades do Fórum: educação ,
60 com ênfase na Lei nº.10.639, trabalho, desenvolvimento, geração de emprego e renda;
61 saúde da população negra; e Programa Brasil Quilombola. Acrescentou que o Fórum
62 contava com a parceria dos Ministérios da Educação, da Saúde, do Trabalho e Emprego,
63 do Desenvolvimento Social, das Cidades e da Cultura e apoio da Fundação Cultural
64 Palmares/MinC, Secretaria Especial de Políticas Para As Mulheres, Casa Civil, Subchefia

65 de Assuntos Federativos e Secretaria Geral da Presidência. Ressaltou ainda, que o
66 Fórum recebia o apoio de órgãos internacionais, com destaque para a Fundação alemã
67 Frederich Hebert: Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD;
68 Fundo De Desenvolvimento Das Nações Unidas Para As Mulheres – UNIFEM;
69 departamento Para o Desenvolvimento Internacional (Governo Britânico) - DIFID (saúde
70 da população negra e o Programa de Combate ao Racismo Institucional). Salientou que o
71 FIPPIR contribuía para articulação com governos estaduais visando à criação de Planos
72 Estaduais de Promoção da Igualdade Racial, atualmente, dez planos estavam em
73 implantação e sete planos já estavam em andamento para 2007. Em relação aos
74 Municípios, destacou que quatro já possuíam Planos de Promoção da Igualdade Racial e
75 outros quatro estavam em construção. Ressaltou que o FIPPIR realizou diversas
76 atividades em 2006, com destaque para o VI Encontro Nacional, realizado em Brasília.
77 Continuando, detalhou o planejamento do FIPPIR para 2007, que prevê: fortalecimento da
78 institucionalização e ampliação da estrutura administrativa orçamentária e infra-estrutura
79 do Fórum; investimento na formação e capacitação de gestores públicos, em especial os
80 integrantes do FIPPIR; composição do processo preparatório e organizativo da II
81 Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racional; fomento e elaboração de
82 Planos Estaduais de promoção da igualdade racial; realização de encontro nacional do
83 FIPPIR; apoio à celebração de convênios de municípios e estados, via SEPPIR e às
84 parcerias com os Ministérios; e inserção do Fórum na Câmara de Assuntos Federativos
85 da Casa Civil. Disse que o Plano de Trabalho 2007 contava com as seguintes atividades:
86 publicar o segundo livro sobre as atividades do Fórum; promover o encontro das
87 coordenações regionais dos fóruns; participar do processo de preparação da II
88 Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racional; e investir em regiões do País
89 com dificuldade para ampliar a capilaridade do Fórum, em especial nas Regiões Norte e
90 Sul. Por fim, falou da proposta de trabalho de parceria do Fórum com o CNPIR. Concluída
91 a apresentação, a diretora da SUBCOM, **Maria Palmira da Silva**, solicitou espaço na
92 pauta da próxima reunião para apresentação e debate dos seguintes temas: resultados da
93 pesquisa nutricional entre crianças quilombolas; e políticas na área de educação e
94 alfabetização de quilombolas. Concluído o informe, a Secretária-Executiva do CNPIR,
95 **Oraida Abreu**, convidou a Secretária-Adjunta da SEPPIR, **Maria do Carmo Ferreira da**
96 **Silva**, para compor a mesa e, na seqüência, abriu a palavra ao Conselheiro Oliveira
97 Silveira, para apresentação de informe sobre o acompanhamento do caso da professora
98 indígena, Delta de Souza Maia, mãe do Conselheiro Ubiratan de Souza Maia. Conselheiro

99 **Oliveira Silveira** disse que se tratava do caso da professora indígena, Delta de Souza
100 Maia, que faleceu ao ser submetida à cirurgia no Hospital do Balneário Camboriú/SC. Em
101 razão de suspeitas e indicações de irregularidades durante a cirurgia, o CNPIR o indicou
102 para participar de comissão que verificaria o andamento do processo de investigação *in*
103 *loco*. Disse que, entre os dias 2 e 5 de maio, a comissão esteve no Estado onde realizou
104 várias reuniões, inclusive, reuniu-se com o promotor e o delegado responsável pelo caso.
105 Destacou ainda que durante a oitiva, a testemunha principal, uma instrumentadora que
106 participou da cirurgia da professora, afirmou que houve um choque hemorrágico em
107 virtude de negligência médica. Disse que o promotor e o delegado ressaltaram a
108 importância de haver um laudo. Além disso, informou que se reuniu com o presidente do
109 Conselho Regional de Medicina, em Florianópolis, que se limitou a falar sobre o rito
110 utilizado para o julgamento de um profissional que sofria acusações. Disse ainda que a
111 comissão teve uma audiência com a promotora federal Ana Lúcia e, na oportunidade,
112 acordou-se que haveria ação através da Confederação Nacional das Mulheres Indígenas.
113 Ressaltou que a última reunião foi com a professora da Universidade Federal de Santa
114 Catarina, que era orientadora da Mestre Delta de Souza Maia, no curso de Doutorado.
115 Disse também que foi impetrada ação no Ministério Público Federal em relação ao
116 prejuízo que a morte da professora trouxe ao povo Wapichana, pois ela era uma
117 estudiosa do assunto do seu povo. Por fim, comunicou que o relatório seria finalizado pelo
118 advogado e submetido à apreciação do Conselho. Não havendo considerações, a mesa
119 abriu a palavra para outros informes. Conselheiro **João Bosco** sugeriu a constituição de
120 dois GT's do CNPIR para discutir os seguintes temas: PAC e a população negra (o
121 Programa prevê R\$ 54 bilhões para reurbanização de favelas, palafitas e reforma urbana);
122 e a reforma política. Além disso, comunicou que a ANCEABRA organizou seminário em
123 Lisboa, com setenta brasileiros que foram do Brasil para Portugal, sobre modernização de
124 campos esportivos, com o objetivo de colocar os empresários negros no bojo da
125 construção civil. Conselheiro **Rodrigo Vinicius Cardoso** lamentou a morte da professora
126 indígena Delta de Souza Maia e colocou-se à disposição para colaborar no que no fosse
127 necessário para solucionar o caso. Também registrou que um juiz concedeu *habeas*
128 *corpus* a ciganos, citando o reconhecimento, pelo Estado, da importância do povo cigano
129 mediante a criação, por meio de Decreto, do Dia Nacional do Cigano (24 de maio). Além
130 disso, registrou que estavam sendo realizadas palestras sobre a vulnerabilidade dos
131 povos ciganos. Não havendo outros inscritos, a Secretaria-Executiva do CNPIR encerrou
132 esse ponto de informes, agradecendo os integrantes da mesa. A seguir, passou a

133 coordenação dos trabalhos ao Subsecretário de Planejamento da SEPPIR, **Carlos**
134 **Eduardo Trindade.** ITEM 3 – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPA 2008/2011 –
135 O Subsecretário de Planejamento da SEPPIR, **Carlos Eduardo Trindade**, assumiu a
136 coordenação dos trabalhos e convidou para compor a mesa a Secretária-adjunta da
137 Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral/PR, **Enid Rocha de**
138 **Andrade Silva** e a Diretora de Planejamento de Programas Sociais/MPOG, **Débora**
139 **Nogueira Beserra**. Nas considerações iniciais, o Subsecretário de Planejamento
140 informou que, a Secretaria faria processo de capacitação para os Conselheiros do CNPIR
141 sobre gestão pública, a fim de fortalecer intervenções dos Conselheiros no universo das
142 políticas públicas. Além disso, ressaltou que atividade semelhante seria realizada voltada
143 aos integrantes do FIPPIR. Avaliou que aquele momento refletia a decisão do Ministério
144 do Planejamento de discutir com a representação da Sociedade Civil a construção do
145 PPA 2008/2011 e destacou que a intenção era promover outros debates sobre o PPA
146 2008/2011 até agosto de 2007. Feitas essas considerações, a Secretária-adjunta da
147 Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral/PR, **Enid Rocha de**
148 **Andrade Silva**, iniciou a sua fala cumprimentando os integrantes da mesa e os
149 componentes do CNPIR. Começando a sua apresentação, disse que, na elaboração do
150 PPA 2008/2011, o governo decidiu envolver os Conselhos Nacionais de Políticas Públicas
151 na etapa da construção dos objetivos ministeriais e considerar as deliberações das
152 conferências realizadas de 2003 a 2006 na definição das políticas e programas de cada
153 órgão. Explicou que, na elaboração do PAA 2003-2007, entre os meses de maio e agosto
154 2003, foram promovidos 27 Fóruns Estaduais de Participação Social, que contaram com a
155 participação de 2.170 representações de entidades, organizações e movimentos de
156 caráter nacional, regional e temático que atuam em cada Estado. Ressaltou que esses
157 fóruns foram a primeira experiência de discussão de um projeto de desenvolvimento para
158 o País com segmentos sociais em todos os estados brasileiros, sendo que, nesta
159 experiência, diferentemente da proposta atual, foram apresentadas às organizações da
160 sociedade a Orientação Estratégica de Governo. Explicou que a proposta atual do PPA
161 2008-2011 tinha por diretrizes: 1) valorização dos canais de participação social existentes
162 (conselhos, conferências, fóruns, etc); 2) construção conjunta das diretrizes ministeriais
163 (problemas e políticas públicas) entre ministérios e conselhos para elaboração do PPA; 3)
164 transparência para a sociedade do aproveitamento das contribuições no PPA 2008-2011;
165 e 4) participação social na implementação do PPA (ao longo do ciclo orçamentário).
166 Também falou dos avanços da atual proposta, destacando que a participação da

167 sociedade se realizaria em um nível mais concreto do PPA, qual seja, na construção das
168 políticas que, posteriormente, em um nível mais técnico, poderiam ser transformadas em
169 programas pelos Ministérios. Além disso, salientou que, por ocorrer em nível mais
170 concreto, haveria maior facilidade de prestação de contas para a sociedade
171 (realimentação) por parte do Governo em relação à materialização das contribuições da
172 sociedade que puderam ser transformadas em programas no PPA 2008-2011. Ressaltou
173 ainda que o PPA criaria “Porta de Entrada” (no ciclo orçamentário) para as deliberações
174 das conferências nacionais, que representam as demandas da sociedade, manifestadas
175 de forma legítima nos âmbitos municipais, estaduais e nacional. Apresentou ainda dados
176 sobre a participação da sociedade nas conferências, sendo: número de conferências
177 realizadas de 2003 a 2006: 38 nacionais; estimativa da participação total, envolvendo as
178 etapas nacional, estaduais e municipais, 2 bilhões de pessoas presentes nas etapas
179 nacionais; número de deliberações aprovadas em 30 das 34 conferências pesquisadas:
180 5.694.. Por fim, disse que, no final do processo, estava previsto retorno da proposta ao
181 Conselho para avaliar a incorporação das propostas. A seguir, a Diretora de Planejamento
182 de Programas Sociais/MPOG, **Débora Nogueira Beserra**, fez uma apresentação sobre
183 as etapas do PPA 2008-2011. Disse que o PPA possuía duas dimensões (estratégica e
184 tática operacional) e contou com o seguinte fluxo de elaboração: orientação estratégica do
185 governo, participação social e orientações estratégicas dos Ministérios e elaboração dos
186 programas. Destacou como objetivos do governo em relação ao PPA 2008-2011:
187 promover a inclusão social e a redução das desigualdades, inclusive de gênero, raça e
188 etnia; promover o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição
189 de renda; propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento, com
190 equidade e qualidade e valorização da diversidade; fortalecer a democracia e a cidadania,
191 com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos; implantar infra-
192 estrutura eficiente e integradora do território brasileiro; reduzir as desigualdades regionais
193 a partir das potencialidades locais do território nacional; fortalecer a inserção soberana
194 internacional e a integração sul-americana; elevar a competitividade sistêmica da
195 economia, com inovação tecnológica; promover um ambiente social pacífico e garantir a
196 integridade dos cidadãos; e promover o acesso com qualidade a serviços e benefícios
197 sociais, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se seu caráter
198 democrático e descentralizado. Destacou também que, a partir das prioridades do
199 governo, os Ministérios buscaram definir suas prioridades para o período do Plano e as
200 principais políticas a serem desenvolvidas, de forma a possibilitar posterior tradução em

201 programas para o enfrentamento dos problemas, considerando como componentes:
202 diagnóstico setorial, objetivos setoriais, participação social e divulgação por meio dos
203 Cadernos de Políticas Públicas. Em relação à participação social, destacou como ações:
204 discussão das OEM com Conselhos, até 15 de junho; ajustes nas OEM e
205 encaminhamento ao Ministério do Planejamento , até 22 de junho; e apresentação dos
206 resultados da participação social, até 14 de julho. Ainda em relação à programação,
207 destacou que a intenção era fazer os ajustes finais de 25 a 29 de julho e a posição final
208 sobre a alocação física e financeira aos programas na primeira quinzena de agosto. Disse
209 ainda que o Ministério faria análise crítica da proposta, com as seguintes finalidades:
210 eliminar superposições entre programas ou entre ações com os mesmos propósitos;
211 priorizar projetos em andamento (LRF, art. 45); reduzir a pulverização de recursos
212 (janelas orçamentárias e projetos vaga-lumes); assegurar 60% do valor total do projeto no
213 período do Plano; adequar os programas que tiveram ações com baixa execução e
214 resultados insatisfatórios no período 2004-2006; assegurar programação e alocação com
215 foco nas prioridades de governo; adequar a escala dos programas: compatibilidade entre
216 volume de recursos disponíveis para alocação nos programas e a dimensão do problema
217 a ser resolvido; melhorar o desenho dos programas: consistências na relação causa/efeito
218 entre o problema a resolver, o objetivo e as ações propostas; e melhorar a qualidade dos
219 indicadores (devem ser mensuráveis e consistentes com os objetivos dos programas).
220 Concluídas as apresentações, o Subsecretário de Planejamento/SEPPIR, **Carlos**
221 **Eduardo Trindade**, disse que a SEPPIR faria discussão específica sobre o PPA com o
222 CNPIR. Na seqüência, abriu a palavra para considerações do Plenário. Conselheiro
223 **Celso Corrêa** perguntou qual seriam os mecanismos de participação social utilizados
224 pelos Ministérios. A Secretaria-adjunta da Secretaria Nacional de Articulação Social da
225 Secretaria Geral/PR, **Enid Rocha de Andrade Silva**, disse que alguns Ministérios já
226 adotavam a prática de debate com os Conselhos e aproveitamento das deliberações da
227 Conferência, portanto, a proposta visava fortalecer essas práticas de participação social.
228 Feito esse esclarecimento, o Subsecretário de Planejamento/SEPPIR agradeceu as
229 expositoras e encerrou este item. Na seqüência, a Secretária-Executiva do CNPIR
230 registrou a presença do Vice-prefeito de Fortaleza, **Carlos Veneranda** e da representante
231 da Negritude Socialista Brasileira, **Valneide Santos**. Também informou que,
232 anteriormente, esteve presente o Presidente da ANCEABRA, **João Carlos Martins**.
233 Feitos esses registros, os trabalhos foram interrompidos para o lanche. Retomando, a
234 Secretaria-Adjunta da SEPPIR, **Maria do Carmo Ferreira da Silva**, assumiu a

235 coordenação dos trabalhos - **ITEM 4 - II CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS**
236 **PARA AS MULHERES** – Inicialmente, a Secretária-Adjunta da SEPPIR cumprimentou e
237 convidou para compor a mesa a Ministra **Nilcéa Freire**, da Secretaria Especial de
238 Políticas para as Mulheres. Nas considerações iniciais, a Secretaria falou da parceria
239 entre a SEPPIR e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e destacou a
240 importância da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Começando a sua
241 fala, a Ministra **Nilcéa Freire** cumprimentou a todos e agradeceu a oportunidade de falar,
242 no CNPIR, sobre a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, por entender
243 que os Conselheiros poderiam contribuir no processo de construção da Conferência e na
244 avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Avaliou que 2007 era um ano
245 privilegiado para incidir sobre o PPA 2008-2011, considerando os resultados da I
246 Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e a realização das etapas estaduais e
247 municipais da II Conferência. Ressaltou , que as etapas municipais se encerraram, tendo
248 a participação de 195 mil mulheres e as etapas estaduais já se iniciaram. Nesse sentido,
249 disse ser essencial a participação dos Conselheiros nas Conferências Estaduais. Além
250 disso, salientou a importância da SEPPIR e do CNPIR no fortalecimento do recorte étnico
251 racial na Conferência e no Plano Nacional, contribuindo para definição de estratégias
252 diferenciadas para atingir público determinado (mulheres negras, quilombolas, índias,
253 ciganas, etc). Disse que a página da Secretaria continha textos de roteiro para contribuir
254 com os debates nas conferências municipais e estaduais, além de outros documentos
255 sobre o tema. Também ressaltou que se somava aos esforços no sentido de explicitar nos
256 objetivos gerais de governo os pontos que compõem a campanha do Presidente Lula, o
257 programa de governo e o discurso de posse no Congresso Nacional, reconhecendo que a
258 participação social, por meio das conferências, contribuiu para o sucesso do seu primeiro
259 governo e que as categorias de gênero e raça eram estruturantes da exclusão no Brasil.
260 Nesse sentido, salientou a disputa fraternal a fim de que houvesse a explicitação da
261 promoção da igualdade de gênero, raça e etnia como objetivo prioritário e central de
262 governo. Nesse sentido, comunicou que o Conselho Nacional de Direitos da Mulher
263 encaminhou moção com sugestões de objetivos setoriais a serem incorporados no PPA
264 ao Ministério do Planejamento, ao Presidente da República e aos Ministérios com os
265 quais havia interface. No mais, agradeceu a oportunidade, em especial a Ministra **Matilde**
266 **Ribeiro**, na pessoa da Secretária-Adjunta da SEPPIR, **Maria do Carmo Ferreira** e a
267 atenção de todos. Concluído o pronunciamento, foi aberta a palavra para considerações
268 do pleno. Conselheiro **João Bosco Borba** cumprimentou a Ministra e parabenizou o

269 Conselho Nacional de Direitos da Mulher pela iniciativa de realizar reunião com o
270 Conselho de Desenvolvimento Econômico. Ressaltou que o CNPIR e o Conselho
271 Nacional de Direitos da Mulher possuíam papel essencial na definição de ações
272 estratégicas, de forma a possibilitar o desenvolvimento de políticas onde existia
273 “invisibilidade” de políticas – de gênero e de raça. Destacou que as políticas de
274 desenvolvimento somente seriam possíveis se houvesse interferência no dia-a-dia das
275 pessoas. Ressaltou que o papel do CNPIR era definir uma relação de políticas em
276 campos estratégicos e, nesse sentido, cumpriu o Conselho pelo debate do PPA
277 2008-2011. Conselheiro **Flávio Jorge** solicitou à Ministra que explicitasse melhor como
278 seria trabalhado o Plano Nacional da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. A
279 Assessora da SEPPIR , **Ivonete Carvalho**, inicialmente, saudou a Ministra e os demais
280 integrantes da mesa. Destacou a importância do momento vivenciado, porque a temática
281 das “minorias” sempre foi vista como pequenos pontos no âmbito dos Ministérios e,
282 atualmente, vivenciava-se momento de protagonismo, de visibilidade e de políticas
283 afirmativas. Nesse sentido, salientou a iniciativa da Secretaria de Políticas para as
284 Mulheres de buscar a definição de ações transversais, com diálogo com a SEPPIR e a
285 Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH e outras, entendendo que contribuía
286 para inserir o debate no cerne do Governo. Por fim, parabenizou a Secretaria e colocou a
287 disponibilidade da SEPPIR de continuar o processo de construção conjunta. O
288 representante da SEPPIR, **José Carlos Esteves - Zeca**, solicitou à Ministra que fizesse
289 breve relato sobre os resultados das Conferências já realizadas. Conselheiro **Marcelo**
290 **Pereira de Almeida** perguntou como estava a discussão sobre a participação das
291 mulheres no cenário dos esportes. Conselheira **Elaine Oliveira Soares** quis saber se
292 foram destinadas vagas para organizações negras. A Ministra **Nilcéa Freire** agradeceu as
293 intervenções e fez comentários sobre as mesmas. Em relação ao Plano e à Conferência,
294 disse que as diretrizes da Conferência possuíam grande legitimidade, pois foram objeto
295 de grande consenso. Diante desse consenso, a Secretaria decidiu elaborar Plano de Ação
296 a partir das diretrizes, para pactuação dos governos, nas três esferas de gestão. Dessa
297 forma, foi lançado em dezembro o Plano, com 199 ações e metas quantificadas. Além
298 disso, salientou que a Secretaria decidiu definir comitê de acompanhamento e
299 monitoramento do Plano, o que facilitou a implementação. Ressaltou que, até o momento,
300 houve 269 pactuações, sendo dezoito estados. Disse que todas as iniciativas de
301 responsabilidade do governo federal tiveram início. Ressaltou que a II Conferência
302 possuía amplitude maior que a I Conferência, uma vez que se trabalhava com a

303 delegação de 2.800 pessoas. Além disso, salientou que a delegação da etapa nacional
304 seria definida nas etapas municipais e estaduais da Conferência. Definido esse ponto,
305 procedeu-se ao último item do primeiro dia de reunião. **ITEM 5 - LANÇAMENTO DE**
306 **PUBLICAÇÃO DO PROACQ** – Sob a coordenação da Conselheira **Maria Rosalina dos**
307 **Santos**, foi feito o lançamento da Cartilha “Direitos Humanos para Quilombolas”, de **Vilma**
308 **Maria Santos Francisco**, com o apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos,
309 representada na ocasião pelo Senhor Perly Cipriano, Subsecretário de Promoção e
310 Defesa dos Direitos Humanos. A Secretaria-Executiva do CNPIR, **Oraida Abreu**, em
311 nome da Ministra **Matilde Ribeiro**, saudou a equipe e agradeceu ao Conselheiro **Carlos**
312 **Moura** pela iniciativa. Definido esse ponto, deu-se por encerrado o trabalho do primeiro
313 dia de reunião. Iniciando os trabalhos do segundo dia de reunião, a Secretaria-Executiva
314 do CNPIR, cumprimentou a todos os presentes e, como primeiro item, colocou em
315 apreciação a Ata da reunião extraordinária do CNPIR, realizada nos dias 29 e 30 de
316 março de 2007. **Não havendo destaques, a Ata foi aprovada.** Na seqüência, procedeu
317 ao item 6 da pauta. **ITEM 6 - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO**
318 **TEMPORÁRIA DE RENOVAÇÃO/CNPIR** – O Conselheiro **Oliveira Silveira** e a
319 Conselheira **Maria Rosalina dos Santos** assumiram a coordenação dos trabalhos.
320 Inicialmente, Conselheiro **Oliveira Silveira** fez breves considerações sobre o trabalho da
321 **Comissão Temporária Renovação/CNPIR**, composta por: **Emir Saleh Mourad** –
322 **FEPAL**; **Ernesto Luiz Pereira Filho** - CNAB; **Maria Rosalina dos Santos** - CONAQ;
323 **Mônica Oliveira** - ABONG; **Oliveira Silveira** - Notório; **Ronald Barbosa** - ABERT;
324 **Andréia Ingrid Michele** - MCT; **Leila Calaça** – Fundação Palmares; **Celso Lourenço**
325 **Corrêa** – Casa Civil e **Sidnei Sousa** - SEDH. Na oportunidade, falou da ausência do
326 relator da Comissão, Conselheiro **Sidnei Sousa**, em virtude do falecimento da mãe dele e
327 registrou os pêsames do Conselho. Na seqüência, passou a palavra à Conselheira **Leila**
328 **Calaça**, que fez a leitura de nota técnica da Comissão, re-elaborada, conforme
329 deliberação na última reunião do CNPIR, com base nas contribuições dos Conselheiros.
330 No documento, a Comissão Temporária apresenta proposta mais detalhada para orientar
331 a renovação da representação da Sociedade Civil no Conselho, visando a busca de
332 consenso quanto à tomada de decisão acerca dos pontos divergentes. No decorrer da
333 leitura, os Conselheiros fizeram destaques ao texto. Após a leitura da primeira parte do
334 documento, foi aberta a palavra para apresentação dos destaques dos Conselheiros.
335 Conselheiro **Ernesto Luiz Pereira** disse que, no debate da Comissão, a Ministra da
336 SEPPIR comprometeu-se a verificar a possibilidade de haver um observador permanente

337 da juventude negra no CNPIR, a ser escolhido no Encontro Nacional da Juventude Negra.
338 Além disso, a SEPPIR deveria fazer gestões para que as entidades da juventude negra se
339 fizessem presentes no Conselho Nacional de Juventude. A Secretaria-Executiva do
340 CNPIR, **Oraida Abreu**, informou que entidades representativas da juventude negra já
341 faziam parte do Conselho Nacional de Juventude e contaram com a participação da
342 SEPPIR nessa articulação. Conselheira **Elaine Oliveira Soares** discordou da proposta de
343 observador para representante da juventude negra no Conselho, deveriam ocupar vaga
344 na qualidade de Conselheiro. O fórum legítimo para essa indicação seria o próximo
345 Encontro Nacional(ENJUNE)) . Além disso, solicitou a reformulação do 6º parágrafo, por
346 entender que não favorecia a luta do movimento de mulheres negras. Conselheiro
347 **Oliveira Silveira** colocou que uma das preocupações da Comissão, explicitada no
348 documento, foi de não ampliar o Conselho no momento, porque demandaria alteração no
349 decreto, retardando o processo de renovação. Também sugeriu que, no 6º parágrafo, em
350 relação a empreendedores negros, fosse adotada a expressão “entidade laica de
351 empreendedores negros”. Conselheira **Cláudia Calório**, primeiramente, desculpou-se
352 pela ausência do Ministério do Meio Ambiente no CNPIR. Manifestou preocupação com o
353 “argumento normativo” utilizado para justificar a não ampliação do Conselho, por entender
354 que a inclusão de outros segmentos significava ganho para democratização. Sobre a
355 questão indígena, disse que havia duas grandes representações no País, a COIAB e a
356 APOIME. A Secretaria-Executiva do CNPIR, **Oraida Abreu**, informou que o CNPIR
357 possuía representação indígena e, na I CONAPIR, outras lideranças indígenas
358 reivindicaram assento no Conselho. Conselheiro **Ernesto Luiz Pereira** disse que, na
359 avaliação da Comissão, não seria o momento de promover a ampliação do CNPIR, por
360 questões operacionais e jurídicas e com base no entendimento de que o Conselho
361 precisava solidificar-se enquanto política. Além disso, salientou que a mudança no
362 decreto de composição do CNPIR demandaria tempo e não seria possível aguardar mais
363 tempo para renovação do Conselho. Também sugeriu que, na ampliação, fossem
364 adotados critérios inclusivos, considerando inclusive a possibilidade de contemplar
365 representantes dos evangélicos e não criar mecanismos para impedir a participação de
366 outros segmentos no CNPIR. Conselheira **Leila Calaça** comunicou que a Comissão teve
367 o cuidado de consultar assessoria jurídica e de orçamento e finanças para propor a
368 manutenção da composição do CNPIR. Acrescentou, inclusive, que a ampliação do
369 Conselho demandaria aumento de recursos, o que não estava previsto no orçamento da
370 SEPPIR. Conselheira **Terezinha Maglia** informou que o Governo Lula criou, em abril de

371 2007, a **Comissão Nacional de Política Indigenista**, composta por vinte indígenas
372 representantes das cinco Regiões do País, duas ONGs e por três representantes do
373 governo. Também disse que a COIAB e a APOIME deveriam ser consultadas para
374 indicação de representantes indígenas para o CNPIR. Conselheiro **Everaldo Conceição**
375 **Duarte** avaliou que o resultado do trabalho de uma comissão deveria refletir a voz de
376 todos os seus integrantes, trazendo consensos para o Pleno e não dissensos.
377 Conselheiro **Oliveira Silveira** endossou a fala do Conselheiro Duarte e salientou que o
378 eixo de debate da comissão foi que o CNPIR não se constituía em um órgão com caráter
379 religioso, mas sim, étnico-racial e que o Brasil constituía-se em um Estado laico. Também
380 disse que as câmaras setoriais poderiam servir de canais para ouvir segmentos não
381 contemplados no CNPIR. Conselheira **Leila Calaça** disse que a Comissão considerou os
382 seguintes critérios para renovação do Conselho: definir uma representação com ênfase
383 na população negra; manter as representações indígenas, árabes; palestinas; judeus e
384 ciganos. Feitos esses destaques, Conselheira **Leila Calaça** continuou a leitura da nota
385 técnica da Comissão. Concluída a leitura, foi aberta a palavra para considerações do
386 Pleno. Conselheiro **Everaldo Conceição Duarte** solicitou que fosse revisto o item "b", dos
387 critérios para escolha das organizações e entidades da sociedade civil, entendendo que
388 as entidades deveriam participar de forma mais efetiva no Conselho. Conselheiro **Oliveira**
389 **Silveira** sugeriu que fosse feita consulta à entidade a fim de verificar a sua intenção em
390 participar do Conselho, o que poderia ser aplicado às entidades que não se faziam
391 presente com freqüência. A Secretaria-Executiva do CNPIR, lembrou, que seria feita
392 consulta à entidade sobre o seu interesse em permanecer no Conselho. Na tentativa de
393 resolver esse ponto, Conselheiro **Kabenguele Munanga** sugeriu a inversão dos ítems b.1
394 e 2, aprovada pelos presentes, com a seguinte redação: manifestação formal do
395 interesse em permanecer e freqüência e participação nas reuniões . Conselheira **Elaine**
396 **Oliveira Soares** disse que os critérios de consulta e permanência das entidades deveriam
397 ser aplicados para os segmentos da sociedade civil e do governo. A Secretaria-Executiva
398 do CNPIR, **Oraida Abreu**, informou que, em relação aos órgãos do governo, a Ministra
399 **Matilde Ribeiro** enviaría comunicado aos Ministros para manifestação sobre a
400 permanência ou substituição de representantes. Lembrou que as regras de
401 funcionamento do Conselho aplicavam-se aos órgãos de governo e às entidades da
402 sociedade civil. Conselheira **Elaine Oliveira Soares** solicitou maiores esclarecimentos
403 sobre o item 2, dos critérios para escolha das organizações. Conselheiro **Oliveira Silveira**
404 explicou que algumas entidades poderiam ter mais de um representante no CNPIR, a

405 exemplo da organização das mulheres, devido a sua amplitude. Conselheiro **Ernesto**
406 **Luiz Pereira** disse que concordava com a proposta de participação de representante da
407 juventude negra no Conselho, a ser escolhido no Encontro Nacional de Juventude,
408 contudo, salientou que era preciso verificar a questão jurídica dessa proposta. A
409 Secretaria-Executiva reafirmou posicionamento da Comissão, a qual sugeriu manter a
410 atual composição, com o compromisso do novo Pleno em trabalhar na perspectiva de
411 ampliação do Conselho. No momento, para responder a demandas específicas de outros
412 segmentos da sociedade, seriam criadas comissões temáticas. Os Conselheiros
413 continuaram o debate sobre a consulta às entidades para compor o Conselho. A
414 Secretaria-Executiva do CNPIR, **Oraida Abreu**, informou que seria distribuído ofício
415 circular aos integrantes do Conselho, com consulta sobre o interesse de continuar
416 compondo o CNPIR na próxima gestão. No caso positivo, o documento sugere o envio de
417 manifestação por escrito, indicando nome para compor o Conselho. Esclarecido esse
418 ponto, a Secretaria-Executiva disse que seria importante definir a redação para o item da
419 nota sobre a escolha das organizações. **Sobre essa questão, o Plenário aprovou a**
420 **proposta de inversão dos itens 1 e 2, dos critérios. Definido esse ponto, colocou em**
421 **votação o mérito do relatório, que foi aprovado.** Na seqüência, a Secretaria-Executiva
422 do CNPIR, **Oraida Abreu**, fez a leitura de carta do CNAB, que defende a inserção de
423 afro-brasileiros na carreira diplomática brasileira. Conselheiro **Eduardo Oliveira** sugeriu
424 que a carta do CNAB fosse acatada como Recomendação do CNPIR, a ser encaminhada
425 ao Ministério das Relações Exteriores. **Conselheiro Oliveira Silveira**, na condição de
426 coordenador da mesa, colocou em votação a proposta, que **foi aprovada**. A Secretaria-
427 Executiva do CNPIR, informou que a Ministra **Matilde Ribeiro** estaria presente a partir
428 das 14 horas. Na seqüência, a Secretaria-Executiva do CNPIR abriu a palavra à
429 Conselheira **Ana Costa**, que apresentou informe sobre a **13ª Conferência Nacional de**
430 **Saúde**, que ocorreria a partir do seguinte calendário: etapa municipal - 1º de abril a 5 de
431 agosto; etapa estadual – 15 de agosto a 15 de outubro; e etapa nacional – 14 a 18 de
432 novembro. Conselheira **Ana Costa** falou da importância de recomendação do CNPIR
433 para participação de movimentos sociais nas etapas municipais e estaduais da 13ª
434 Conferência e disseminação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.
435 Ressaltou ainda ser necessária participação efetiva do movimento negro na 13ª
436 Conferência Nacional de Saúde, a fim de contribuir para consolidação do SUS e do direito
437 à saúde. Sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, detalhou que
438 foi construída a partir de amplo processo de discussão no Comitê Técnico de Saúde da

439 População Negra do Ministério da Saúde e foi aprovada no Conselho Nacional de Saúde.
440 Também solicitou que fosse reservado espaço na próxima reunião do CNPIR para
441 apresentação da Política. A Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida Abreu**, registrou a
442 solicitação e verificaria a possibilidade de incluir o tema na próxima reunião do CNPIR.
443 Conselheira **Ana Costa** ressaltou que era papel do governo apoiar as instituições e
444 incentivar os movimentos sociais a aprofundarem o debate sobre a ampliação da
445 consciência de direitos. Nesse sentido, comunicou que o Ministério da Saúde apoiou o
446 projeto da ONG Criola, que envolveu mais de quinhentas lideranças negras em cursos de
447 capacitação para discutir e informar sobre o direito à saúde e os processos participativos
448 no âmbito do SUS. Os Conselheiros ainda fizeram comentários sobre a fala da
449 representante do Ministério da Saúde e a mesa destacou a necessidade de pautar o tema
450 para debate no CNPIR. Definido esse ponto, a Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida**
451 **Abreu**, distribuiu aos Conselheiros presentes o Ofício-circular de nº 011/2007, decorrente
452 da aprovação do relatório da Comissão Temporária de Renovação do CNPIR , a ser
453 respondido pelas entidades o mais breve possível. Conselheiro **Padre Jurandyr Araújo**,
454 registrou a distribuição, para os Conselheiros, do livro “**O Brasil que queremos**”. Definido
455 esse ponto, a mesa encerrou os trabalhos da manhã do segundo dia de reunião.
456 Retomando, a Secretária-Executiva, **Oraida Abreu**, justificou a ausência do Conselheiro
457 **João Bosco** no período da tarde e encaminhou a seguinte proposta deixada por ele :
458 criação de três Comissões no CNPIR, sobre desenvolvimento econômico, reforma
459 política e segurança pública ou adequar esses temas às atuais Comissões do Conselho.
460 Além disso, comunicou que, no caso de serem criadas as comissões propostas, o
461 Conselheiro tinha interesse em coordenar a Comissão de Desenvolvimento Econômico.
462 Conselheiro **Everaldo Conceição Duarte** avaliou que, para manifestar-se sobre a
463 proposta, seria importante apresentar as justificativas e o *modus operandi* das
464 Comissões. Na sua visão, as propostas de criação de comissões deveriam ser
465 acompanhadas de justificativas. A mesa verificou que havia consenso sobre a
466 proposta do Conselheiro **Everaldo Conceição Duarte**, portanto, a proposta do
467 Conselheiro **João Bosco** não foi acatada. Na seqüência, a Secretária-Executiva do
468 CNPIR, **Oraida Abreu**, passou a coordenação dos trabalhos à Ministra **Matilde Ribeiro** e
469 convidou a Conselheira **Maria Auxiliadora Lopes** para informes sobre publicações do
470 MEC. Conselheira **Maria Auxiliadora**, da Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão
471 Educacional - SECAD/MEC, falou de publicações do Ministério da Educação e informou
472 que estavam à disposição dos interessados. Citou, por exemplo, as publicações

473 "Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais, "Superando o
474 Racismo na Escola", "Uma história do povo Kalunga" e "Quilombo – espaço de
475 resistência de homens e mulheres negras". Por fim, apresentou informe sobre a
476 implementação da Lei nº. 10.639, destacando que as escolas técnicas federais,
477 principalmente do Sudeste, estavam sendo acionadas pelo não cumprimento da Lei e o
478 MEC estava realizando oficinas regionais para orientar e capacitar professores para
479 implementação da Lei nessas escolas. Conselheiro **Everaldo Conceição Duarte**
480 perguntou se somente professores poderiam contribuir no processo de capacitação.
481 Conselheira **Maria Auxiliadora** informou que o MEC estava realizando capacitação de
482 gestores e foi disponibilizado recurso para capacitar professores. Além disso, ressaltou
483 que não havia a definição sobre a necessidade de ser professor para tratar da
484 capacitação de professores. Assim, seria necessária articulação com o gestor local. Na
485 seqüência, a Secretária-Executiva do CNPIR, passou a palavra à Ministra **Matilde**
486 **Ribeiro**, que iniciou a sua fala cumprimentando a todos. Disse que, diante da aprovação
487 do relatório da Comissão Provisória de Reestruturação do Conselho, daria os
488 encaminhamentos necessários para a reestruturação do CNPIR. Desse modo, a próxima
489 reunião do Conselho ocorreria com a nova composição do CNPIR, que seria publicada
490 por Decreto Presidencial. Também comunicou que os órgãos de governo estavam em
491 processo de reestruturação. A respeito da SEPPIR, lembrou que, na reunião ordinária do
492 CNPIR de fevereiro de 2007, apresentou as linhas gerais de planejamento da Secretaria.
493 Disse que a intenção era entregar aos Conselheiros relatório da gestão da SEPPIR nos
494 primeiros quatro anos do Presidente Lula, mas não seria possível por conta de atraso na
495 gráfica. Portanto, o documento seria enviado, por correio, aos Conselheiros. Também
496 solicitou que, na próxima reunião, fosse reservado espaço para apresentação do
497 **Planejamento atual da SEPPIR e balanço das atividades**. Também comunicou que era
498 divulgado relatório semanal das atividades da SEPPIR no sítio da Presidência da
499 República. De toda forma, disse que era preciso divulgar os atuais canais de
500 comunicação e criar outros. No mais, apresentou informe sobre as mudanças ocorridas
501 até o momento na estrutura da SEPPIR: Secretário-Adjunto - **Martvs das Chagas**; Chefe
502 de gabinete - **Sandra Teixeira**; Sub-Secretário de Planejamento - **Carlos Eduardo**
503 **Trindade**; Assessor Especial do Gabinete - **Antônio Pinto**; Subsecretaria de
504 Comunidades Tradicionais - **Givania da Silva**; Subsecretaria de Ações Afirmativas -
505 **Alexandre Reis**; coordenação do FIPIR - **Maria do Carmo F. da Silva**. Ressaltou que, ao
506 final do processo de transição, seria enviado documento aos Conselheiros informando

507 sobre a composição da SEPPIR. Falou do lançamento do livro “**Mulheres Negras do**
508 **Brasil**”, de **Schuma Schumaher e Érico Vital Brasil**, da Rede de Desenvolvimento
509 Humano - REDEH, com apoio de diversos órgãos governamentais e não-governamentais,
510 inclusive da SEPPIR. Disse que seria distribuído um exemplar para cada entidade da
511 Sociedade Civil e encaminhado um exemplar para cada Ministério que integra o CNPIR.
512 Após a distribuição dos exemplares, a Ministra **Matilde Ribeiro** informou que no dia 19 de
513 julho de 2007 seria realizada reunião com Secretários-Executivos dos Ministérios que
514 compuseram, junto com a SEPPIR e o CNPIR, o GT Interministerial responsável pela
515 elaboração do **Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial**. Ressaltou , que após
516 esse encontro, o Plano seria encaminhado para publicação. Reiterou ainda que a SEPPIR
517 possuía trabalho conjunto com órgãos de governo no sentido de concretizar as políticas
518 de promoção da igualdade racial, de gênero e de direitos humanos no âmbito do PPA. Na
519 seqüência, a Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida Abreu**, convidou o Sr. **Aloísio Melo**
520 para apresentação de informe sobre a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e
521 Nutricional. **ITEM 7 - III CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E**
522 **NUTRICIONAL** – Inicialmente, o representante do CONSEA, **Aloísio Melo**, cumprimentou
523 a todos e desculpou-se pela impossibilidade de participação do Presidente do CONSEA,
524 **Chico Menezes**. Disse que a **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e**
525 **Nutricional teria como tema central “Por um desenvolvimento sustentável com**
526 **soberania e segurança alimentar”**. Ressaltou , que a Conferência ocorria num cenário
527 de avanços que precisavam de consolidação, com destaque para publicação da Lei de
528 Segurança Alimentar e Nutricional. Informou que foi realizado processo preparatório para
529 a III Conferência, com realização de quase seiscentas atividades. Destacou que, na
530 composição da delegação, o CONSEA decidiu estabelecer sistema de cotas na
531 delegação estadual, com escolha de representantes da sociedade civil, de comunidades
532 quilombolas, de comunidades de terreiro, da população negra e dos povos indígenas.
533 Ressaltou que os debates ocorreram a partir de documento-base, que possibilitou o
534 debate da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a partir de seis eixos
535 temáticos. Salientou que a Conferência ocorreria de 3 a 6 de julho, em Fortaleza/CE, com
536 três mil delegados. Informou que o **Presidente Lula** participaria da solenidade de
537 abertura da Conferência e disse contar com a presença da Ministra **Matilde Ribeiro**.
538 Também comunicou que estava aberto a receber solicitações de entidades com interesse
539 de participar da Conferência, na condição de convidado ou de observador. A Ministra
540 **Matilde Ribeiro** solicitou que fosse feito informe sobre o papel da Comissão Permanente

541 de Segurança Alimentar das Populações Negras e ações voltadas aos povos indígenas,
542 no CONSEA. O representante do CONSEA, **Aloísio Melo**, informou que, em 2003, foi
543 constituída, no âmbito do Conselho, a Comissão Permanente de Segurança Alimentar das
544 Populações Negras, que atualmente era coordenada pela Conselheira **Ana Lúcia**
545 **Pereira**, com participação de representantes da Sociedade Civil e representação de
546 órgãos governamentais, inclusive da SEPPIR. Disse que a Comissão funcionava como
547 fórum permanente de debate das questões relativas à segurança alimentar das
548 populações negras. Também destacou o debate realizado no CONSEA sobre Segurança
549 Alimentar e população negra, que contou com a participação **do Presidente Lula e da**
550 **Ministra Matilde Ribeiro**. Comunicou ainda que o Conselho possuía Comissão
551 Permanente de Segurança Alimentar dos Povos Indígenas, coordenada pela **Conselheira**
552 **Azelene Inácio Kaingang**. Além disso, disse que haveria Seminário prévio à Conferência
553 nos dias 1º e 2 de julho, com os Delegados indígenas. A Ministra **Matilde Ribeiro**
554 informou que na reunião com o Presidente do CONSEA foi discutida forma de
555 participação na Conferência e comunicou que, na avaliação do Conselho, a Comissão
556 Permanente de Segurança Alimentar das Populações Negras trouxe resultado
557 extremamente positivo. Não havendo considerações do Pleno, a Secretaria-Executiva
558 agradeceu a presença do representante do CONSEA, **Aloísio Melo** e passou a palavra à
559 Ministra **Matilde Ribeiro** para apresentação do item seguinte da pauta. **ITEM 8 - II**
560 **CONFERÊNCIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – II CONAPIR**
561 – A Ministra **Matilde Ribeiro** comunicou que a Secretaria fez várias discussões internas e
562 teria outras duas reuniões em junho, inclusive com a Secretaria Geral da Presidência da
563 República, para finalizar a proposta em relação à II Conferência. Disse que o indicativo da
564 Secretaria era realizar a Conferência até julho de 2008, no sentido de aprofundar o
565 diálogo entre Governo e Sociedade Civil. Ressaltou que a realização de quarenta
566 Conferências Nacionais , com cerca de 2 milhões de participantes, com definição de
567 políticas, traduzia uma novidade na estrutura do governo federal. Lembrou que a I
568 CONAPIR foi realizada em 2005, com a participação de 95 mil pessoas no processo
569 preparatório e gerou 1.085 propostas, além ter possibilitado a participação de 1.332
570 municípios. Ressaltou que as propostas da I CONAPIR subsidiaram a estruturação do
571 Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Considerando, a finalização do Plano e
572 após dois anos da I Conferência, a intenção era lançar a II CONAPIR até o final de julho
573 de 2007 e realizar a etapa nacional em julho de 2008. Disse que a Conferência teria como
574 tema principal "Análise de Perspectivas e Avanços das Políticas de Promoção da

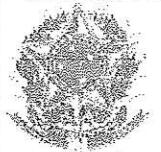
575 Igualdade Racial" e como tema geral "Promover um Balanço Sobre o Desenvolvimento da
576 Política Nacional de Promoção da Igualdade e do Plano Nacional de Promoção da
577 Igualdade Racial", com os objetivos específicos: articular os setores de governo nas suas
578 instâncias federal, estaduais e municipais, assim como articular diversos atores e atrizes
579 sociais visando o desenvolvimento da Política de Promoção da Igualdade Racial; e
580 promover reflexões sobre formas de consolidação do Plano Nacional, por meio da
581 transversalidade, descentralização e gestão democrática, considerando a consolidação da
582 política como um todo na estrutura de governo. Ressaltou, que a intenção era envolver
583 na coordenação da II CONAPIR a estrutura da SEPPIR, do CNPIR e do FIPPIR, além de
584 entidades nacionais federativas e parlamentares. Destacou que, no processo
585 preparatório, deveriam ser realizadas Conferências Estaduais, Municipais, Regionais e
586 Consultas Temáticas. Também falou da proposta de caravanas regionais, com a presença
587 da SEPPIR e instituições locais em regiões do País, de forma a fortalecer o diálogo inter-
588 regional. Salientou ainda a proposta de envolver o VII Encontro Nacional do FIPPIR,
589 realizar seminários localizados e promover Fórum Internacional às vésperas da
590 Conferência. Comunicou ainda o lançamento, em abril de 2007, do Congresso Nacional
591 de Negros e Negras, que busca a unificação de relação política entre os vários Fóruns do
592 Movimento Negro Brasileiro. Falou do reconhecimento da legitimidade do movimento e
593 disse que a SEPPIR ofereceria apoio à atividade. Disse que o Congresso e a Conferência
594 possuíam objetivos com convergências e interesses específicos. Ressaltou que, ao ser
595 finalizada, a proposta da II CONAPIR seria encaminhada aos Conselheiros, inclusive com
596 informação sobre o lançamento. Conselheiro **Flávio Jorge** falou da visão da CONEN
597 sobre o Congresso de Negros e Negras, destacando ser uma ousadia reunir Entidades
598 envolvidas no Movimento Negro. Ressaltou que, na semana passada, a Pastoral Afro-
599 Brasileira, aderiu ao Congresso e a Articulação de Mulheres Negras seria procurada.
600 Acrescentou que o Congresso, anteriormente previsto para março, possivelmente seria
601 realizado até junho de 2008, em Salvador/BA. A respeito da Conferência, disse que não
602 havia incompatibilidade em realizar a Conferência e o Congresso no mesmo ano. Explicou
603 ainda que estava sendo elaborado boletim mensal sobre a preparação do Congresso e
604 informou que enviaria à secretaria do CNPIR para disponibilização aos Conselheiros.
605 Também disse, que enviaria à Secretaria boletim da CONEN sobre a relação com a
606 SEPPIR. Por fim, perguntou à Ministra qual seria a delegação da II Conferência e sugeriu
607 que a Secretaria viabilizasse a participação de Conselheiros do CNPIR, na condição de
608 convidados, na Conferência de Mulheres, na Conferência de Segurança Alimentar, entre

609 outras. Conselheiro **Ernesto Luiz Pereira** avaliou que a II CONAPIR era estratégica para
610 o movimento negro e, nessa ótica, manifestou o apoio do CNAB à atividade, que não
611 tinha nenhuma contradição com o Congresso de Negros e Negras. Além disso, informou
612 que o III Congresso seria realizado em maio de 2008. Também salientou a necessidade
613 de lançamento do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Na seqüência, a
614 Ministra **Matilde Ribeiro** comentou as falas dos Conselheiros. Conselheiro **Oliveira**
615 **Silveira** solicitou intervenção da Ministra na tentativa de salvar o Clube União Rosarense,
616 que existe desde 1915 e corria o risco de perder a sua sede. Conselheiro **Carlos Moura**
617 avaliou que a Sociedade Civil deveria intervir no sentido de incluir as questões da
618 população negra no debate político do País. Também falou do ataque à população negra
619 nos meios de comunicação e salientou a necessidade de o movimento negro mobilizar-se
620 para responder a esses atos. Conselheiro **Everaldo Conceição Duarte** denunciou que
621 um prefeito de Salvador, por ser evangélico, nomeou diretoras e coordenadoras
622 evangélicas para as escolas públicas, gerando desconforto às professoras que não
623 comungam com a filosofia educacional dessas igrejas. Além disso, comunicou que igrejas
624 evangélicas, principalmente as do Reino de Deus, estavam comprando todas as escolas
625 particulares de Salvador e impondo educação evangélica às crianças. Conselheiro **Flávio**
626 **Jorge** sugeriu que fosse feito convite a lideranças partidárias do Congresso Nacional
627 para, na próxima reunião do CNPIR, explicitarem suas posições quanto à reforma política
628 do País. Conselheira Paula Balduíno de Melo informou que, até 25 de junho, estava
629 aberta a chamada de apoio financeiro a projetos de assistência técnica e extensão rural
630 com comunidades quilombolas e maiores informações estavam disponíveis no sítio do
631 Ministério do Desenvolvimento Agrário (WWW.mda.gov.br). Também solicitou que os
632 Conselheiros ajudassem na divulgação da chamada. Conselheiro **Carlos Moura** falou das
633 dificuldades dos quilombolas em atender às exigências do edital e, portanto, apelou para
634 que, em outra oportunidade, as lideranças quilombolas fossem consultadas para a
635 elaboração do edital. Conselheira Paula Melo reconheceu haver dificuldades e limitações
636 administrativas e burocráticas para acesso de populações, como as comunidades
637 quilombolas, às políticas públicas. Contudo ressaltou, que no caso dos projetos de
638 assistência técnica e extensão rural, havia um esforço do Ministério para trazer as
639 especificidades das comunidades tradicionais para a política nacional. Explicou que para
640 a superação dessas limitações , utilizavam algumas formas alternativas, citou como
641 exemplo, o Ministério da Saúde conveniava-se com as associações quilombolas,
642 beneficiárias do projeto, mas caso não fosse possível esse desenho, outra entidade que

643 trabalhasse em parceria com a comunidade poderia ser a proponente. De toda forma,
644 disse que levaria a preocupação ao Ministério. Não havendo outros inscritos, a Ministra
645 **Matilde Ribeiro** fez uso da palavra para considerações finais e reiterou a necessidade
646 de reservar um período da próxima reunião do Conselho para apresentação do
647 Planejamento da SEPPIR para 2007/2010. Em relação à agenda internacional, disse que
648 foi anunciada a visita do **Presidente Lula** a um conjunto de países africanos. Além disso,
649 pontuou que seria realizado o III Festival Internacional de Artes Negras, em fevereiro de
650 2009, em Senegal, e a Copa do Mundo, em 2010, na África do Sul. Por fim, Conselheiro
651 **Kabenguele Munanga** apresentou informe sobre sua participação no Primeiro Festival
652 Internacional do Conto e da Palavra (Narrativa), organizado na ilha de Gorée, Senegal, de
653 10 a 12 de maio de 2007, na qualidade de conferencista representando a SEPPIR e o
654 Brasil, que é o maior país da diáspora africana no mundo. **ENCERRAMENTO** - Nada
655 mais havendo a tratar, a Ministra **Matilde Ribeiro** encerrou os trabalhos da 15^a Reunião
656 Ordinária do CNPIR.

657

658



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial- SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial- CNPIR

15ª Reunião Ordinária
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

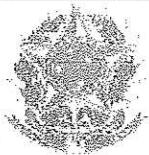
Data: 14-06-2007

Local: Auditório do Anexo I - Palácio do Planalto- Brasília/DF

PAUTA

14:00h	Abertura da Reunião <ul style="list-style-type: none">• Leitura e aprovação da Pauta• Aprovação da Ata da Reunião Extraordinária
14:30 h	Informes Gerais <ul style="list-style-type: none">• Informes do FIPIR• Informes das Comissões
15:30 h	O Processo de Construção do PPA- 2008/2011 <ul style="list-style-type: none">• Enid Rocha de Andrade Silva – Secretária- adjunta -Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral/PR• Débora Nogueira Beserra – Diretora de Planejamento de Programas Sociais- Ministério do Planejamento, Orçamento e GestãoCoordenação: Carlos Eduardo Trindade Santos- Subsecretário de Planejamento- SEPPIR
16:30 h	II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres <ul style="list-style-type: none">• Ministra Nilcéa Freire• Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres.Coordenação: Maria do Carmo Ferreira da Silva – Secretária –Adjunta- SEPPIR
18:00 h	Lançamento de publicação do PROACO <ul style="list-style-type: none">• Direitos Humanos para QuilombolasAutora: Vilma Maria Santos FranciscoApoio: Secretaria Especial de Direitos Humanos
19:00 h	Encerramento

Obs: o período da manhã será destinado a reunião das Comissões, conforme deliberado na 14ª reunião ordinária-CNPIR.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial- SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial- CNPIR

**15ª Reunião Ordinária:
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial- CNPIR**

Data: 15-06-2007

Local: Auditório do Anexo I - Palácio do Planalto- Brasília-DF

PAUTA

08:30h	Apresentação do Relatório-Comissão Temporária: Renovação/ CNPIR • Comissão: Andréia Ingrid; Michèle do Nascimento; Celso Lourenço Corrêa; Emir Saleh; Mourad; Ernesto Luiz Pereira Filho; Leila Calaça; Maria Rosalina dos Santos; Mônica Oliveira; Oliveira Silveira; Ronald Barbosa; Sidnei Sousa Relator: Sidnei Sousa
13:00 h	Almoço
14:00h	Lançamento de Publicações/SEPPIR Coordenação: Ministra Matilde Ribeiro.
14:30 h	III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional • Aloísio Melo – CONSEA
15:00 h	II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial • Ministra Matilde Ribeiro.
16:00 h	Encaminhamentos gerais
16:30 h	Encerramento